

**O AUDIOVISUAL COMO FERRAMENTA DE LUTA PELA GARANTIA DA  
RETOMADA DOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS GUARANI, KAIOWÁ E TERENA:  
a experiência da ASCURI como fortalecimento do jeito de ser dos Povos  
Indígenas do Mato Grosso do Sul.**

**Gilmar Galache**

**Resumo**

Para o saber comum da população é difícil conceber que haja Povos com saberes e línguas específicas e que estes lutam uma guerra diária para a sustentação de seu modo de ver e interagir com o universo. Em vários momentos a questão indígena é uma incógnita e as etnias são subjugadas ao conceito de raça.

Teóricos, ao longo do tempo, permanecem tentando decifrar o que há de diferente no jeito de ser desses povos, com relação à sociedade dominante. Porém, vivemos um tempo bastante diferente daquele vivido quando os antigos referenciais teóricos foram construídos, aos quais as instituições de ensino superior no Brasil ainda teimam em se ater. Nos últimos 50 anos, as políticas indigenistas tem se mostrado ineficazes na questão, resultando assim, num completo desastre na relação entre populações tradicionais e as sociedades envolventes.

Equívocos à parte, nós indígenas vivemos hoje o resultado do desconhecimento do Estado e da aproximação de frentes que ocuparam essas lacunas, que por sua vez, trazem os antigos e piores conceitos de relações para as comunidades indígenas. Igrejas, política partidária e suas influências na gestão pública deixaram marcas irreparáveis no jeito de ser indígena.

Nessa conjuntura, nossa geração veio sendo cunhada. De um lado as relações que nossos pais e avós mantinham com a sociedade envolvente; de outro, a sustentação do jeito de ser. Para alguns, um lado dessas forças acabou ganhando mais espaço,

onde, infelizmente, o modo de ser do não-indígena gerou mais possibilidades de sobrevivência. Um fator importante para essa mudança de perspectiva foi o distanciamento das relações internas nas comunidades. A oralidade, por exemplo, sempre presente no cotidiano e atuante como difusor do saber ancestral, passa cada vez a ter menos importância.

Partindo desse pressuposto, a ASCURI – Associação Cultural de Realizadores Indígenas, que desenvolve ações que vão desde oficinas de audiovisual internacionais, em parceria com a ECA – Escuela de Cine y Arte de La Paz/Bolívia, à produções locais de filmes independentes que revelam esse modo de olhar o mundo, e que atua no fortalecimento do próprio Povo, e também na conscientização da sociedade não-indígena que mesmo com tantos anos de convivência se mantém aquém do entendimento profundo das relações.

O presente trabalho traz uma reflexão sobre esse novo tempo, onde os indígenas do Mato Grosso do Sul, mais especificamente Terena (que predominam na região oeste do estado), e os Guarani e Kaiowá do Cone Sul do estado, divididos geograficamente pela Serra de Maracajú, ilhados em meio ao agronegócio voraz, utilizam as mesmas novas mídias do não-indígena, trazendo à tona a invisibilidade de séculos de colonização e criando estratégias de fortalecimento do jeito de ser inconscientemente adormecido, por décadas de bombardeamento midiático hegemônico.

**Palavras-chave:** ASCURI, Gilmar Galache, audiovisual indígena, Kaiowá Guarani, Terena.

### **Apresentação**

Para o saber comum da população é difícil conceber que haja Povos com saberes e línguas específicas e que estes lutam uma guerra diária para a sustentação de seu modo de ver e interagir com o universo. Em vários momentos a questão indígena é uma incógnita e as etnias são subjugadas ao conceito de raça. Na Academia, muito

se estudou e publicou sobre o assunto, a partir de longas descrições etnográficas.

Teóricos, ao longo do tempo, permanecem tentando decifrar o que há de diferente no jeito de ser desses povos, com relação à sociedade dominante. Porém, vivemos um tempo bastante diferente daquele vivido quando os antigos referenciais teóricos foram construídos, aos quais as instituições de ensino superior no Brasil ainda teimam em se ater. Nos últimos 50 anos, as políticas indigenistas tem se mostrado ineficazes na questão, resultando assim, num completo desastre na relação entre populações tradicionais e as sociedades envolvidas.

Equívocos à parte, nós indígenas vivemos hoje o resultado do desconhecimento do Estado e da aproximação de frentes que ocuparam essas lacunas, que por sua vez, trazem os antigos e piores conceitos de relações para as comunidades indígenas. Igrejas, política partidária e suas influências na gestão pública deixaram marcas irreparáveis no jeito de ser indígena. Isso pode ser notado com muito mais evidência no estado do Mato Grosso do Sul, onde a política de distribuição de terras tem sido, desde o fim da Guerra do Paraguai (1864 a 1870), feita de maneira perversa para nós indígenas. Somos o segundo estado com a maior população indígena do Brasil, porém, com as menores terras. Ainda assim, antes de serem Terras indígenas, foram exauridas de sua biodiversidade, restando apenas uma terra estéril, quebrando, assim, todo ciclo de existência dos seres que ali habitam.

Nessa conjuntura, nossa geração veio sendo cunhada. De um lado as relações que nossos pais e avós mantinham com a sociedade envolvente; de outro, a sustentação do jeito de ser. Para alguns, um lado dessas forças acabou ganhando mais espaço, onde, infelizmente, o modo de ser do não-indígena gerou mais possibilidades de sobrevivência. Um fator importante para essa mudança de perspectiva foi o distanciamento das relações internas nas comunidades. A oralidade, por exemplo, sempre presente no cotidiano e atuante como difusor do saber ancestral, passa cada vez a ter menos importância. As rodas de mate pela manhã e as fogueiras à noite deixam de acontecer e passam a ser antiquadas para os mais novos. O espaço vazio deixado pela ancestralidade, foi ocupado pelo novos anseios trazidos pela modernidade e pela contemporaneidade. Um dos grandes propagadores dessas

demandas é a televisão. Presente em quase todas as casas indígenas no Brasil à fora, a tv aberta tem bombardeado diariamente os Povos Tradicionais com tudo o que há de pior na sociedade, produzindo, assim, um resultado igual (se não pior) ao que produz nas mentes dos brasileiros não indígenas. No que diz respeito à uma tendência Latinoamericana de “democracia midiática”, somente é verdade (ou existe) se passar na televisão. Nas duas últimas décadas do Século XX a televisão reinou em absoluto. Porém, o século seguinte trouxe mais mudanças difundidas pelas novas mídias, a partir da popularização dos smartphones, possibilitando que cada indígena tenha um aparelho desses, ou seja, sua própria plataforma de acesso ao que o mundo oferece. Seguindo exatamente o que foi ensinado pela televisão, agora ele procura suas referências também pela internet.

Partindo desse pressuposto, a ASCURI – Associação Cultural de Realizadores Indígena, que desenvolve ações que vão desde oficinas de audiovisuais internacionais, em parceria com a ECA – Escuela de Cine y Arte de La Paz/Bolívia, à produções locais de filmes independentes que revelam esse modo de olhar o mundo, e que atua no fortalecimento do próprio Povo, e também na conscientização da sociedade não-indígena que mesmo com tantos anos de convivência se mantém aquém de qualquer relação.

Os Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul, mais especificamente Terena (que predominam na região oeste do estado), e os Guarani e Kaiowá do Cone Sul do estado, divididos geograficamente pela Serra de Maracajú, ilhados em meio ao agronegócio voraz, utilizam as mesmas novas mídias do não-indígena, trazendo à tona a invisibilidade de séculos de colonização e criando estratégias de fortalecimento do jeito de ser inconscientemente adormecido, por décadas de bombardeamento midiático hegemônico.

## **ASCURI**

Em 2008, uma iniciativa da Escuela de cine y arte da Bolívia – ECA reuniu durante 45 dias, em um evento chamado Taller Sin Frontera, na aldeia Condor Iquiña da etnia Aymara, próximo ao Departamento de Antofagasta no Chile, 6 indígenas e 20 não-indígenas entre brasileiros e bolivianos. Nessa ocasião os participantes tiveram o

contato com uma forma diferente de se produzir e fazer cinema. Marta Castilho (2009 p. 121), em sua dissertação traz esse registro:

Após a oficina da mostra Vídeo Índio Brasil (2008), Gilmar Galache foi escolhido por Sérgio Sato (Coordenador do Museu das Culturas Dom Bosco – MCDB (2008-2009) juntamente com o professor Guarani Eliel Benites, para fazer um curso de cinema de um mês na Bolívia, na Escola de Cinema e Arte de La Paz, com quem o Museu Dom Bosco tem parceria. Divino Tserewahú e Paulinho Kadojeba também integraram o grupo que participou do curso.

O Terena Gilmar Galache e Eliel Benites e logo perceberam as diferenças sobre a questão indígena na Bolívia e no Brasil. A começar pelo termo que se autodenominavam, Pueblos Originários, ou seja Povos Originários da Bolívia, verdadeiros donos de origem. Ali, línguas diferentes podiam ser percebidas pelas ruas da cidade: Aymara, Quechua, Guarani. As roupas, as oferendas, os signos, os símbolos, como a Wiphala. Segundo o livro didático para crianças de ensino fundamental Todos Juntos Aprendemos em 4 (Ciências Sociais da Edibalibros, p. 276).

Los pueblos originarios poseen una bandera a la que llaman “wiphala”. La palabra “wiphala” proviene del aimará y significa “emblema”. Este símbolo identifica el sistema comunitario, de los pueblos originarios, basado en la equidad, la igualdad, la armonía, la solidaridad y la reciprocidad. Muchas investigaciones arqueológicas sostienen que esta bandera acompaña a los pueblos originarios desde hace por lo menos 2000 años ya que se han encontrado restos de ella en innumerables excavaciones realizadas en América Latina.

La Wiphala es una bandera con forma cuadrada y muy colorida. Está dividida en cuarenta y nueve cuadrados repartidos en siete columnas por siete filas y contiene siete colores, con la diagonal central de color blanco de forma descendente de izquierda a derecha.

Outra aspecto que chamou atenção do Kaiowa e Terena foi a relação dos Bolivianos com o conceito de Pachamama. Esse conceito tão importante é tratado até nos livros didáticos desde os primeiros anos de ensino nas escolas bolivianas. Como exemplo, o livro didático Madre Tierra y el Territorio p.9 da FUNPROEIB Andes - Fundación para la Educación en Contextos de Multilingüismo y Pluriculturalidad (FUNPROEIB Andes) traz de forma clara:

Entre los pueblos indígenas Aymara y Quechua, la *pachamama*, o madre tierra, es la principal deidad del mundo andino, pues es quien les da enseñanzas, alimento y abrigo. En su vida diaria, los pueblos indígenas de tierras altas, que principalmente se dedican a la agricultura y a la crianza de animales, aprendieron a conversar con la *pachamama* y a pedirle permiso para obtener alimentos, medicinas y otros elementos necesarios para su sobrevivencia. Al igual que otro ser vivo, en esta visión, la *pachamama* necesita alimentarse, beber o descansar; por ello, periódicamente sus hijos la alimentan, le dan de beber y la hacen descansar, dirigiéndose a ella con mucho cariño.

A partir deste ponto de vista, é importante dizer que os conceitos, de identidade, língua, Território e a valorização da Terra como ser vivente, estão sendo ensinados nas escolas Bolivianas desde as series iniciais, como os trechos citados acima, enquanto no Brasil as crianças estão sendo conduzidos a serem mais uma cópia Estadunidense e Européia. A questão indígena real, passa distante do currículo das escolas, até mesmo das que atuam como interculturais.

Além disso, uma palavra pouco conhecida naquela época no Brasil, e que vez ou outra estava no discurso dos professores em sua maioria Boliviano era ‘Autonomia’. Quem apresentou esse termo para os integrantes do Taller fo um indígena do Povo Quechua, chamado Juan Ivan Molina Veslasquez, conhecido no mundo audiovisual dos Povos Originários somente como Ivan Molina.

Ivan Molina, fez parte do movimento de início da ascensão de Evo Morales. Sempre esteve ao lado no início da luta do Aymara que viria a se tornar o primeiro Presidente Indígena do mundo. Ivan já esteve exilado no Chile durante a ditadura (1964 - 1982), e fez parte da fundação do MAS – Movimiento al Socialismo, partido de Evo Morales. Sua relação com a política e a religião ocidental sempre foi conturbada, mas sempre atuando com seu saber audiovisual, sua última produção audiovisual, ainda não lançada, faz justamente uma crítica ao governo de Evo, onde os Povos Originários da Bolívia, em especial os Poncho Rojo, que são um grande grupo respeitado dentro o Povo Aymara, que contestam que eles elegeram um presidente indígena e não um governo indígena, e que esse segue sendo o maior erro dos Bolivianos.

Após o retorno ao Brasil, em 2009 surge o FIDA – Fórum de Discussão sobre a Inclusão Digital nas Aldeias, uma ideia que surge das conversas do criador do NEPPI – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Populações Indígenas de MS, Antonio Brand como Nogueira continua:

Então foi criado o FIDA – Fórum de Discussão sobre a Inclusão Digital nas Aldeias, cuja sede deste primeiro encontro foi justamente a aldeia *Te'yikue* e debateu temas como a importância e dificuldades do movimento audiovisual indígena, o uso do audiovisual como interlocutor entre jovens e anciãos da comunidade e o filme como ferramenta pedagógica. Ao final do evento foi formulado um Termo de compromisso dos realizadores, que se comprometeram a pôr em prática os objetivos ali definidos (fomentar a produção de diferentes etnias, aumentar o diálogo com os rezadores e anciãos para fortalecimento da identidade além e buscar apoio para viabilização financeira das produções). (...) O NEPPI auxiliou na organização das três primeiras edições do FIDA, mas hoje, sua organização é feita pela própria Associação.

A partir daí, inicia-se aí, o maior dilema que a ASCURI enfrenta, a relação quase inexistente dos mais velhos com os jovens. E foi justamente aquilo que uniu Gilmar e Eliel em 2008 na Bolívia, que seria capaz de criar uma ponte no vazio que a modo de vida ocidental moderno todos os dias desfaz e despreza.

O audiovisual como novas tecnologias traz um chamariz, atraindo o jovem e o encantando desde o primeiro momento, em uma viagem inevitável. Porém, se não for bem conduzida, expõe a já fragilizada estrutura cultural remanescente em cada vez mais distanciamento entre os mais novos e os mais velhos, ocasionando a quebra de um elo ancestral de repasse oral da tradição. Para isso, o FIDA foi criado, um momento de reflexão para que o modo de condução das novas mídias sejam discutidas coletivamente, e não apenas como uma novidade passageira, que faz mais enfraquecer e expor do que fortalecer e compor.

A cada reunião do fórum eram discutidas estratégias de como a ponte deve se manter firme, e como os membros da associação teriam mais acesso aos equipamentos necessários para a produção audiovisual e manutenção do modo de gerenciamento da ASCURI. Desses encontros, foi definido que dentro da Associação não haveria hierarquia, mas sim uma organização horizontal, onde todos tem a mesma importância, cada um na sua função, na contramão de todas as ações indigenistas utilizadas pelo Estado desde os tempos das primeiras levadas de invasões colonizadoras.

Desse modo, a ASCURI seguiu até o início de 2015, quando em uma parceria com a FUNAI e o Projeto GATI (Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas), inicia-se uma nova fase para o grupo, bem mais maduro e afinado. O novo desafio seria a Gestão Territorial para as pequenas terras indígenas, devastadas pelo agronegócio.

Nesse momento, Eliel Benites já havia concluído seu mestrado em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, e também se tornou professor efetivo da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, sendo o primeiro Kaiowá a passar em um concurso da universidade pública no estado de Mato Grosso do Sul. A ASCURI também segue produzindo materiais com alto nível de profissionalismo. Com toda essa bagagem, a parceria com o GATI/FUNAI seria um desafio necessário para pôr em prática todo esse conhecimento adquirido.

Em reunião com o grupo de membros da ASCURI, fica decidido a implementação do Programa Mosarambihára, que trabalha a ideia de semeadores do bem viver Guarani Kaiowá, onde trabalha a gestão territorial, recuperação de matas e nascentes, troca de sementes, formação de jovens, exercícios de práticas coletivas e a sensibilização da comunidade com os trabalhos dos mais novos, tudo isso atrelado ao conhecimento audiovisual da ASCURI.

Em 2015 inicia um momento de atividades intensas, que culminaram no primeiro Seminário de Audiovisual, Sustentabilidade e Autonomia já em 2016, que se transformaram em princípios básicos de luta da ASCURI. Um momento também de reflexão, assim como o FIDA, mas que abrange um pouco mais a gama de objetivos.

Dentro do seminário, a ASCURI traz uma discussão sobre a luta pelo território, e não mais somente a garantia de possuir a terra indígena, utilizando como ferramenta as novas mídias, pois as comunidades não possuem fisicamente seus territórios tradicionais, tampouco o direito a soberania do que está sob o solo, e nem o que está acima dele.

E com as novas mídias, é possível que sejam dos Povos Indígenas as ondas sonoras, de rádio, televisão e internet, propagando informações que sejam produzidas dentro da comunidade.

Baseado muito no que se aproxima do conceito que fazemos parte do todo, da terra que pisamos, do rio que corre pela terra e nos dá vida até dos espíritos e animais que caminham pelas árvores e seus donos, visíveis e invisíveis.

A metodologia utilizada pela ASCURI, nas oficinas de produção audiovisual é a mesma do início da associação, ou seja, baseada na experiência que Ivan Molina passou para Eliel e Gilmar na Bolívia. É, basicamente, o aprender - fazendo, e segundo Ivan, muito próximo dos ensinamento de Paulo Freire. As aulas não se prendem somente ao teórico,

sempre acontecem depois de uma dinâmica, que no Brasil, geralmente, é a manifestação cultural do Povo, uma roda de apresentação, e logo um pequeno momento teórico sobre o equipamento seguido de um pequeno exercício de manuseio.

Depois, mais um pouco de teoria sobre planos e fotografia, logo um exercício de foto novela com 3 cenas. E gradativamente até chegar a um curta, seja ficção ou documentário.

A saber que, os jovens são incentivados e encorajadas a buscar histórias do seu próprio povo, então trazemos a importância da participação dos mais velhos, reaproximando as duas gerações que já não se encontram na comunidade. Para o velho, o novo não quer saber de nada e para o jovem o velho é antiquado. E o audiovisual, como nova mídia reata essa aproximação, pois o jovem domina melhor a tecnologia, e o velho o saber ancestral.

Nesse período que pode variar de no mínimo 7 dias a máximo 15 dias com média de 10 alunos a 30 para 2 ou 4 professores e equipamento para cada 5 alunos, composto de 1 câmera, 1 tripé, 1 cartão de memória, 1 rebatedor, 1 gravador externo de áudio, 1 microfone direcional com vara boom e fone de ouvido. É importante salientar que a oficina deve ser realizada na aldeia, e que os professores estejam em tempo integral no local da oficina, almoçem e jantem com alunos, e a noite ainda proporcionem um cine debate, com datashow e telão, para que os alunos e a comunidade estejam vivenciando um momento único de imersão total ao audiovisual.

Ao final deste período, a três ou quatro dias antes do encerramento da oficina, começa a edição, com a participação ativa dos jovens, sob o olhar dos mais velhos durante a exibição noturna do primeiro corte, posteriormente o corte fino, e exibição dos vídeos produzidos para a noite de encerramento na comunidade.

Um detalhe muito importante a ser dito, é que Ivan Molina cobra muita disciplina dos alunos, e assim a ASCURI aprendeu também. Geralmente as aulas começam muito cedo, em torno das 7:30 da manhã chegando até as 22:00 da noite, encerrando com professores limpando e organizando o material do outro dia.

Desta maneira, desde 2008, a ASCURI tem realizado oficinas e momentos de encontro para o exercício da prática do audiovisual, sempre primando pela disciplina e pelo respeito com as comunidades envolvidas.

Em 2011, a ASCURI começa a participar da movimentação das retomadas de terra

pelos Guarani Kaiowa, aspecto esse que se dá devido ao forte envolvimento do companheiro de associação Otoniel Ricarte com o Aty Guasu, a Grande Assembléia dos Guarani Kaiowa, onde tem presença importante. Eliel por sua vez, pouco a pouco foi se aproximando da Assembléia, e assim, nasce a necessidade de acompanhar as lutas por terra, utilizando o audiovisual como ferramenta para mostrar o outro lado de quem esta lutando morrendo pela terra, haja visto que a mídia hegemônica mostra apenas o lado do latifundiário e da policia.

Com isso, adentramos em um universo mais além do que conhecíamos, fomos apresentados ao estado de maior força espiritual que permeia os Guarani Kaiowa, muito diferente do indígena de reserva, muito mais ativo principalmente em suas praticas religiosas tradicionais. E isso mexeu com todos nós, estávamos mais perto de grandes Ñanderu, que realmente faziam chover para acalmar os ânimos, e refrescar os pensamentos.

Nesse ambiente, podemos perceber o quão viva esta os saberes tradicionais Guarani Kaiowá, porem essas praticas, que permeiam todo o jeito de ser deles, estava apenas nas mãos dos mais velhos, e para os mais novos, era tudo novo e apaixonante. Porem, isso universo se dá apenas nas retomadas de terra, nas reservas, o jeito de ser segue conforme o ritmo da aldeia mostra.

Confinados em reservas, sem matas ou espaço, o dia a dia do jovem que estuda é ir pra escola e pra casa, e logo cedo buscar trabalho para complementar a renda familiar. Nesse momento se da o afastamento do ñandereko (jeito de ser), pois a corrida financeira que vivemos hoje no mundo, apenas serve para que trabalhemos mais para ganhar menos, e comprar coisas que não precisamos, regado a açúcar para nos acalmar e dar energia para produzir mais. Muito distante do ñandereko.

Além disso, as novas mídias dominadas por empresas não – indígenas, bombardeiam as mentes dos jovens, em sua corrida para se tornarem parte de algo, muitas vezes perdidos, caem na armadilha sedutora das propagandas de televisão ou da internet. Mídias que por sua vez cumprem exatamente seu papel, assim como na cidade, acontece na aldeia, copiamos o que nos parece ser legal.

Dessa forma, refletimos o quão ameaçado está nosso jeito de ser indígena, perante a falta de soberania que temos sob nossas terras, sabendo que não possuímos território, pois o Estado não nos reconhece como Nação, e tudo que esta abaixo do solo pertence a

União, e tudo que passa acima de nossas cabeças pertence a empresa multinacionais, no caso das ondas e microondas, de televisão, celular, internet ou rádio. Além disso, o solo onde pisamos, o agronegócio também almeja.

## Referências

SILVA, Marta Castilho da. "O OLHAR INDÍGENA": ATIVISMO ÉTNICO E PRODUÇÃO AUDIOVISUAL EM CAMPO GRANDE, 2009.

Todos Juntos Aprendemos em 4, Ciências Sociais da Edibalibros.

BALLADARES, Amílcar Zambrana. Madre Tierra y el Territorio. FUNPROEIB Andes - Fundación para la Educación en Contextos de Multilingüismo y Pluriculturalidad: Cochabamba/BO, 2014

FOSCACHES, Nataly Guimarães. Guyraroká, Panambizinho e Te'Yikue: uma experiência com cinema e novas mídias, 2012.

CORRÊA, Miguel Angelo. AUDIOVISUAL AUTORAL DOS POVOS INDÍGENAS DE MATO GROSSO DO SUL: mapeamento e análise, 2015.

NOGUEIRA, José Francisco Sarmiento. RELAÇÕES MULTI/INTERCULTURAIS E IDENTITÁRIAS A PARTIR DO USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS: Um olhar sobre o ambiente da Escola Municipal *Ñandejara* na reserva *Te'yikue* em Caarapó, no Mato Grosso do Sul, 2015